

Francisco Coelho, Presidente da Comissão Eventual para a Revisão da Autonomia

Direitos sobre o mar dos Açores precisam de ser clarificados

A reforma da Autonomia chega a Lisboa no início da próxima legislatura. Francisco Coelho, Presidente da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA), disse no programa “Grande Entrevista”, da Antena 1-Açores, que é preciso encontrar consensos. Francisco Coelho refere, por exemplo, que a extinção do cargo de Representante da República, não é unânime no seio da Comissão. E um dos objectivos é alargar os poderes de relações e representação externa da Região junto da diáspora e das instituições europeias.

A CEVERA recolheu e acaba de publicar as propostas dos partidos políticos para a reforma da Autonomia. Como decorreu o trabalho até agora?

O horizonte temporal da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia tem sido a legislatura. Assim aconteceu há cerca de dez anos quando se procedeu à terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região. Os trabalhos deste tipo de comissões começam com a audição de um conjunto de personalidades e recolha de sugestões ou contributos de qualquer cidadão e depois é dado um período para os partidos poderem apresentar as suas propostas. Esse período também já ocorreu e neste momento estamos na fase das reuniões da subcomissão que tem reunido dois dias por mês para fazer o levantamento e o diagnóstico daquelas que são as propostas e quais são as principais convergências e divergências.

Quais são as grandes linhas de pensamento que, de alguma forma, possam ser inovadoras?

Há um conjunto de propostas dos partidos e outros contributos que foram entregues antes à comissão.

Diria que talvez se possa dividir as propostas por blocos. Há algumas preocupações, que são históricas, que têm a ver com o próprio sistema político e com a eventual resolução de um conjunto de velhas questões e ao contrário do que tem sido hábito na nossa actividade parlamentar, há por parte do PS a apresentação de uma Resolução de revisão constitucional onde, ao nível das autonomias, se pretende resolver ou ampliar um conjunto de questões, algumas delas históricas, como a extinção do cargo de Representante da República, que sendo uma questão que não é unânime, tem levado algum tempo a fixar esse princípio e só mais recentemente é que se tem pensado nas eventuais soluções.

Se é verdade que o cargo de Ministro da República já foi extinto e houve da parte dos partidos com mais responsabilidades nas revisões constitucionais na Assembleia da República um voluntário, progressivo e premeditado esvaziamento da figura, a verdade é que ela continua a ter duas ou três funções políticas e simbólicas que ainda são importantes e que terão de ser transferidas



Francisco Coelho: “Há uma série de aperfeiçoamentos que nos parecem extremamente importantes”

para alguém ou para alguns. O Representante de República ainda tem, hoje, três funções que são importantes: ser o representante do Estado na Região, nomear o Presidente do Governo Regional e suscitar a fiscalização preventiva das normas regionais junto do Tribunal Constitucional.

Em busca de consensos

Não há consenso sobre a extinção da figura do Representante da República, mas existe uma grande maioria que apoia essa proposta?

Não existe unanimidade sobre a extinção da figura do Representante da República, embora creia que seja possível formar um consenso sobre essa matéria.

Consultando as propostas que foram entregues na Comissão, é possível verificar que existem, fundamentalmente, duas soluções para a repartição ou transferência dos poderes. A proposta apresentada pelo PS aponta para a transferência de alguns desses poderes para o Presidente do Governo Regional, à se-

uma figura regional, eleita por dois terços da Assembleia Legislativa, com um mandato único de seis anos e com perfil mais de acordo com as provedorias. As restantes competências passariam a ser exercidas pelo Presidente do Governo Regional, que passaria a ser eleito pela Assembleia Legislativa e nomeado pelo Presidente da República.

A outra proposta, apresentada pelo BE, aponta no sentido de ser eleita na Assembleia Legislativa uma figura que ficaria com todos os poderes do Representante da República, com excepção do veto político, que deixaria de existir.

Para além desta questão do Representante da República, quais são os outros núcleos que considera importantes?

Nesta revisão constitucional vai-se procurar resolver ou insistir num conjunto de questões, porque o processo autonómico é dinâmico. Entre essas questões está a gestão partilhada do mar, que integrou a terceira revisão do Estatuto da Região, mas levantou dúvidas sobre a sua aplicação e cumprimento com a Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo.

Essa é uma questão que está neste momento em apreciação na Assembleia da República e cujo relator é açoriano...

Há uma anteposta de lei aprovada por unanimidade na Assembleia Regional. Quer ao nível constitucional, quer em sede de revisão estatutária, vai-se tentar acautelar essa questão e também alargar os poderes de relações e representação externa da Região junto da diáspora e das instituições europeias. Tenta-se salvaguardar e definir melhor o adquirido autonómico e resolver melhor a questão do domínio público, não só ao nível do mar, mas também no âmbito da posse dos edifícios do Estado na Região que deixam de estar afectos a determinadas funções.

Por outro lado, tenta-se resolver politicamente algumas questões que foram declaradas inconstitucionais na altura da primeira versão da terceira revisão do Estatuto dos Açores, como a possibilidade de serem criados provedores sectoriais regionais ou a questão das bandeiras, que embora seja simbólica, para nós faz muito sentido.

Vai “...tentar-se resolver politicamente algumas questões que foram declaradas inconstitucionais na altura da primeira versão da terceira revisão do Estatuto dos Açores, como a possibilidade de serem criados provedores sectoriais regionais ou a questão das bandeiras...”

melhança do que acontece em algumas autonomias espanholas e no caso da fiscalização preventiva dos diplomas regionais e nacionais a proposta vai no sentido da criação de